



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GAB. DESEMBARGADOR LEANDRO DOS SANTOS

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0027393-63.2013.815.2001

RELATOR	: Desembargador LEANDRO DOS SANTOS
APELANTE	: Valdenilson Silva dos Santos
ADVOGADO	: Victor Hugo Soares Barreira, OAB-CE 21205
APELADO	: BV Financeira S/A – Crédito, Financiamento e Investimento
ADVOGADO	: Fernando Luz Pereira, OAB-PB 147040-A
ORIGEM	: Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca da Capital
JUIZ (A)	: Silmary Alves de Queiroga Vita

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS ABUSIVA. REDUÇÃO PARA A MÉDIA DE MERCADO. PROVIMENTO DO APELO

- Os juros remuneratórios devem observar a taxa média de mercado fixada pelo BACEN para o período da contratação, conforme entendimento sedimentado pelo STJ através de julgamento de Recurso Repetitivo. No caso, os juros contratados encontram-se acima da taxa média de mercado, devendo ser reformada a Sentença e realizada a adequação.

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados:

ACORDA a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, **PROVER** o Recurso Apelarório, nos termos do voto do Relator e da certidão de julgamento de fl.139.

RELATÓRIO

Cuida-se de Apelação Cível interposta por Valdenilson Silva dos Santos, irredigado com a Sentença proferida pela Juíza de Direito da 3ª Cível da Capital que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados, na Ação Revisional de Cláusulas Contratuais em face do BV Financeira S/A –

Crédito, Financiamento e Investimentos, apenas para adotar o IGPM-FGV como índice de correção monetária.

Nas razões de fls. 117/121, o Apelante reiterou o pedido de abusividade da taxa de juros remuneratórios.

Sem Contrarrazões.

A Procuradoria Geral de Justiça opinou pelo provimento do Recurso Apelarório (fls.127/133).

É o relatório.

VOTO

A discussão, objeto do Apelo, cinge-se a verificar se houve ilegalidade ou abusividade no índice dos juros remuneratórios aplicado ao contrato firmado entre as partes.

Pois bem.

Em referência aos juros remuneratórios, vem-se decidindo, segundo a orientação jurisprudencial, que, em se tratando de contrato bancário, não há sujeição às limitações da Lei de Usura. Assim, não há que se falar em aplicação da Súmula nº 121 do STF aos contratos firmados com as Instituições Financeiras.

Desta forma, é lícita a cobrança de taxas de juros superiores a 12% ao ano, desde que não caracterizada a abusividade, de forma a colocar o consumidor em desvantagem exagerada.

Com efeito, analisando o contrato às fls. 66/68, constata-se que a taxa pactuada inicialmente de **2,20% ao mês e 31,07% ao ano** exorbita a

taxa média de mercado praticada no mês da celebração do contrato (05/09/2012), nas operações para aquisição de veículos, conforme Banco Central, que restou estabelecida em **21,09 % ao ano**.

Diante dessa realidade, ante a discrepância da taxa média de mercado do período, deve ser reformada a Sentença para que seja adequado ao percentual supracitado.

Feitas tais considerações, **PROVEJO** o Apelo, para que seja adequado o percentual do contrato em 21,09% ao ano.

Por fim, diante da sucumbência recíproca, condeno, ainda, ambas as partes ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbenciais, ficando, em relação a estes, cada litigante obrigado ao pagamento de R\$1.000,00 (um mil reais) ao causídico da parte contrária, nos termos do novo Código de Processo Civil.

Suspendo a exigibilidade em face da parte autora, por litigar ao abrigo da assistência judiciária gratuita.

Condeno, ainda, o Promovido a pagamento de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a título de sucumbência recursal, nos termos do art. 85, §1º, do NCPC.

É o voto.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Desembargador José Ricardo Porto. Participaram do julgamento, além do Relator, Excelentíssimo Desembargador **Leandro dos Santos**, o Excelentíssimo Doutor **Carlos Eduardo Leite Lisboa** (*Juiz convocado para substituir a Excelentíssima Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti*) e o Excelentíssimo Desembargador **José Ricardo Porto**.

Presente à sessão o representante do Ministério Público, Dr.

Herbert Douglas Targino, Procurador de Justiça.

Sala de Sessões da Primeira Câmara Cível “Desembargador Mário Moacyr Porto” do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, no dia 14 de março de 2017.

Desembargador LEANDRO DOS SANTOS
Relator